

Ontem e hoje: os resquícios e nuances das colonialidades

FÁBIO CARDOSO LOPES*

Resumo: As práticas violentas da colonização ainda se manifestam por meio das colonialidades do poder, saber e ser. O conceito social de raça, essencial na colonização, legitimou exploração e violência contra povos colonizados. Este estudo traça um paralelo entre a construção desse conceito, que justificou ações brutais, e sua reverberação no presente por meio da colonialidade. A pesquisa envolve uma revisão bibliográfica, dialogando com autores do coletivo modernidade/colonialidade e outros estudiosos que analisam as estratégias coloniais reconfiguradas e suas formas de brutalidade no cotidiano. A colonialidade atualiza o colonialismo, influenciando relações de poder, produção do conhecimento e identidades. Por fim, destacamos como a colonização, repaginada pela colonialidade, segue impactando vidas sob o capitalismo neoliberal. As desigualdades sociais, econômicas e raciais, a invisibilização de saberes não ocidentais e a desumanização dos sujeitos colonizados mostram como a tríade da colonialidade — poder, saber e ser — continua a moldar o mundo contemporâneo.

Palavras-chave: Colonização; Modernidade/Colonialidade; Brutalidade.

Yesterday and today: the remnants and leftovers of colonialities

Abstract: The violent practices of colonization still manifest through the colonialities of power, knowledge, and being. The social concept of race was a fundamental instrument in colonization, legitimizing exploitation and violence against colonized peoples. This study draws a parallel between the creation of this concept, which justified brutal actions, and its present-day reverberation through coloniality. The research includes a literature review, engaging with authors from the modernity/coloniality collective and other scholars who analyze reconfigured colonial strategies and their everyday brutality. Coloniality updates colonialism, influencing power relations, knowledge production, and identity formation. Finally, we highlight how colonization, reshaped through coloniality, continues to impact lives under neoliberal capitalism. Social, economic, and racial inequalities, the invisibility of non-Western knowledge, and the dehumanization of colonized subjects demonstrate how the colonial enterprise — through its triad of power, knowledge, and being — continues to shape the contemporary world.

Key words: Colonization; Modernity/Coloniality; Brutality.



* **FÁBIO CARDOSO LOPES** é Psicólogo; Doutorando e Mestre em Psicologia Social e Processos Institucionais (PPGPSI – UEL); Especialista em Neuropsicopedagogia; Especialista em Educação Especial; Especialista em Psicopedagogia.

1. Algumas notas preliminares (Introdução)

A colonialidade é uma estrutura complexa que ecoa até os dias atuais, sendo constituída pelo domínio e controle de diversas instâncias interligadas (MIGNOLO, 2008). Está arraigada a uma noção civilizatória de progresso e desenvolvimento ocidental (eurocentrismo), que conceitua e legitima a si própria como modelo (padrão) por intermédio de seus atores, instituições, pensamentos e linguagens. Segundo Quijano (2005a), o eurocentrismo é um modelo de pensamento que surgiu com a colonização da América e a expansão do capitalismo global, impondo uma hierarquia racial e epistêmica, atribuindo superioridade ao conhecimento europeu e marginalizando outras formas de saber. Essa lógica continua a estruturar relações de poder e produção do conhecimento na contemporaneidade. Dessa feita, “[...] a presença colonial é sempre ambivalente, dividida entre seu surgimento como original e legítima e sua articulação como repetição e diferença” (BHABHA, 2013, p. 179). Essa legitimação soberana justificaria seu poderio violento na prática das expropriações, explorações e imposição dos seus parâmetros de existência. De certo, essa estrutura se arroga “[...] como controladora não só da economia e da autoridade, mas também da subjetividade e do conhecimento de povos e etnias não ocidentais” (PINTO; MIGNOLO, 2015, p. 383). Resumindo, o colonialismo se atualiza na colonialidade.

As ramificações da colonialidade pressupõem a compreensão da Europa numa perspectiva de centralidade do processo civilizatório e de desenvolvimento cultural do mundo,

subjugando o restante como primitivo e selvagem. Esse entendimento coincidia com a ideia do europeu como definição do que era considerado humano e civilizado. Igualmente, a Europa emergia como centro do mundo, delimitando as demais regiões geográficas como sua periferia e o europeu como o ser humano por excelência, distinguindo-se dos demais, os selvagens. Os colonizadores consideravam-se os portadores do desenvolvimento/progresso e os colonizados, os primitivos/atrásados, uma classe entre o homem e o animal.

De acordo com Munanga (1999), a própria noção de raça — categoria imagética — nasce vinculada à suposta animosidade dos “selvagens”, numa tentativa perversa de justificar a violência da empreitada colonial. Essa compreensão nefasta ressoava na manutenção do necropoder como instância soberana, na qual o Estado (neste caso, a Colônia) determinava quem merece viver e quem é considerado indigno de existência (MBEMBE, 2018). Ou seja, trata-se de uma necropolítica racista e violenta, voltada à propagação e perpetuação da morte (MBEMBE, 2018).

Sob esse ponto de vista, o presente ensaio (teórico-conceitual) propõe estabelecer um paralelo entre a colonização, a modernidade e as colonialidades, tendo a invenção da ideia de raça como um elemento balizador e constitutivo das brutalidades e violências atualizadas no estilo de vida contemporâneo. Para concretizar a referida proposta, escolhemos como itinerário metodológico aproximações com o aporte teórico dos autores do coletivo modernidade/colonialidade, tais como Dussel, Grosfoguel, Maldonado-Torres, Mignolo e Quijano, em intersecção com outros

pesquisadores que discutem as proximidades entre a colonização e a barbárie internalizada na modernidade, mediante a disseminação das colonialidades do poder, do ser e do saber. O trabalho está estruturado em três blocos com diversas ramificações internas. Primeiramente, fazemos uma breve contextualização da colonização, destacando o surgimento do capitalismo atrelado à colonização moderna. Em seguida, pontuamos algumas características das práticas coloniais que reverberam através das colonialidades. Por fim, traçamos um paralelo entre a violência perpetrada durante a colonização, refletida na modernidade e nas brutalidades repaginadas através das colonialidades.

2. Colonização, colonialidades e brutalidades

A colonização, especificamente nesse ensaio, a moderna ocidental, impôs e instaurou uma hierarquia valorativa da vida, na qual algumas existências são consideradas mais significativas e importantes do que outras. Essa distinção estava embasada na diferenciação racial, denominando os seres humanos não europeus como selvagens, ou seja, uma classe intermediária entre o homem e os animais. Atinente ao pensamento da época, Kabengele Munanga (1999, p. 25) nos diz que essa ideia encontrava ressonância numa categoria fantasiosa pela qual as diversas “[...] raças humanas são resultado de uma mestiçagem primitiva que corrompeu o homem branco, misturando seu sangue com o sangue das bestas (animais)”.

É pautado nesse entendimento que o direito ao extermínio (soberano) pôde se materializar e se fazer presente e real. Ao supor que os selvagens não pertencem à humanidade e, desta forma, vinculá-los aos animais irracionais e

inferiores, assassiná-los não seria reprovável, mas uma decorrência do processo civilizatório (empreendimento colonialista). Os colonizadores, em conluio com os jesuítas, estavam crentes de que faziam o trabalho de Deus, levando a palavra e a cruz (luz) da civilização/salvação aos recônditos rincões e iluminando, retirando das trevas da bestialidade, aqueles ignorantes, grosseiros, incultos e pagãos.

Desse ponto de vista, Ballestrin (2017, p. 507) elucida que a “[...] colonialidade é a lógica do colonialismo, mesmo após o processo formal de descolonização”. Com base no exposto, Quijano (2009, p. 74) nos diz que a “[...] colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista”. O autor reitera que a manutenção da colonialidade advém da junção e coesão de duas etapas históricas adversas. Primeiro, a concretização efetiva da expansão, domínio e controle pelos portugueses e espanhóis da América através da colonização, culminando com a invenção da modernidade/colonialidade e a classificação étnica-racial dos povos (superiores/inferiores). De acordo com Munanga (2004, p. 3), essa hierarquização oriunda da diferenciação de raças estabeleceu uma escala de valores sedimentados na “[...] relação intrínseca entre o biológico (cor da pele, traços morfológicos) e as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais”. Essa classificação estava calcada na ideia pérvida de raça enquanto uma categoria política de viés econômico, construída numa perspectiva histórica e social proveniente de caracteres espaciais, físicos e culturais. O escopo precípuo dessa classificação era atender às demandas da empresa colonial, alicerçadas na “[...] distinção filosófico-

antropológica entre civilizado e selvagem [...]” (ALMEIDA, 2018, p. 19).¹

O segundo ponto contemplava a conjunção e o controle dos recursos, dos produtos e das formas/organização do trabalho sob a égide do capital e do mercado mundial articulado à globalização da modernidade/colonialidade e ao capitalismo eurocêntrico. Essa estrutura de poder e expropriação das colônias pautava-se na exploração da mão de obra e na pilhagem (assalto) dos recursos naturais para abastecer o desenvolvimento em diversas searas da metrópole e sustentar o padrão de vida da elite. A colonialidade, como uma questão de poder e suas afetações, estava incrustada no domínio das formas/modos de trabalho, na centralização do Estado (mercado/capital), na hierarquização das relações sexuais (patriarcado), na classificação dos povos (raça/etnia) e na padronização do conhecimento e modos de vida (subjetividades) eurocentrados como axiomas.

3. A tríade das colonialidades: poder, saber e ser

Concernente à colonialidade do poder, Oliveira (2018, p. 56) pondera que sua materialidade “[...] restringe a ordem social da Modernidade aos povos brancos. A colonialidade do poder interdita a vida qualificada, restringe as vidas dos povos não brancos, negros e indígenas à condição de vidas nuas”. De fato, uma das consequências mais estarrecedoras da colonialidade em suas práticas classificatórias e hierarquizadas é atribuir valor às existências e determinar quais vidas são passíveis de

serem dizimadas e quais vidas “merecem” atenção, cuidado e garantias de direitos. Em concordância com Mignolo (2005, p. 34), “[...] a colonialidade do poder é o eixo que organizou e continua organizando a diferença colonial, a periferia como natureza”. O centro como produtor de tecnologias, conhecimento científico, arte, cultura e formas de vida adequadas (civilizadas) e a periferia como a outra face/sombra, fornecedores de recursos materiais e mão de obra braçal e precarizada (selvagens).

Sobre esse imbróglio, Quijano (2009, p. 72) nos lembra que a colonialidade repousa estruturada através da “[...] imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social quotidiana e da escala societal”. Em síntese, “[...] Origina-se e mundializa-se a partir da América” (QUIJANO, 2009, p. 72).

Conforme Ballestrin (2013, p. 99), a colonialidade do poder preconiza uma bifurcação teleológica, pois, de um lado, “[...] exprime uma constatação simples, isto é, de que as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não findaram com a destruição do colonialismo”. Basta ver como ainda presenciamos os resquícios e os ecos da colonização nas esferas cotidianas que rasgam e ferem de maneira exacerbada os viventes, impactando em demasia os arranjos da vida no mundo. De outro lado, a autora contempla que a colonialidade “[...] possui uma capacidade explicativa que atualiza e contemporiza processos que supostamente teriam sido apagados, assimilados ou superados pela modernidade” (BALLESTRIN, 2013, p.

¹ Gostaríamos de reiterar que não compactuamos com nenhum tipo de violência ou assédio contra as mulheres.

100). Entretanto, esses processos disruptivos continuam sangrando como feridas abertas, acarretando novas chagas, dores e sofrimentos que ferem as vidas e seus viventes.

Segundo Grosfoguel (2008), a colonialidade do poder estrutura o sistema-mundo moderno/colonial ao articular a marginalização dos territórios periféricos na divisão internacional do trabalho, a hierarquia étnico-racial global e a incorporação dos migrantes do Terceiro Mundo nas dinâmicas racializadas das metrópoles globais. Esse processo reproduz desigualdades sistêmicas, consolidando a lógica colonial na contemporaneidade.

Nesta condição, a colonialidade do poder encontra-se incrustada na própria concepção histórica, social e cultural, produzindo e reproduzindo efeitos, subjetividades, gestando privilégios, comprimindo espaços-tempo e monopolizando vidas divergentes à sua matriz de controle. Vidas que são enviesadas pela perspectiva eurocêntrica - imputada como axioma e diapasão de aferição, valoração e graduação do mundo.

Apoiados nessas premissas, Souza e Lima (2021) salientam que essa estrutura complexa está implicitamente imbricada à colonialidade do ser e do saber, atravessada pela verticalidade do poder. O projeto de destruição em massa do ser implica na destituição, desvalorização ou apagamento de seu saber (memórias, fazeres, pertencimentos, territorialidades, espiritualidades, cultura, afetos, etc.) articulado à operação de poder que verticaliza e regulariza como determinante apenas um formato axiomático de conhecimento embebido na racionalidade. As formas e modos de ser, saber e poder foram e são determinadas pela atualização do

colonialismo (colonialidades) como atravessador e marcador social – produtor de verdades. Dito de outro modo é impossível separar a conexão implícita entre poder, saber (conhecimento) e ser (identidades).

Os pesquisadores Souza e Lima (2021, p. 90) atentam para o fato de que a “[...] colonialidade do poder, saber e ser alicerçam uma modernidade que se apresenta enquanto emancipatória e garantidora do progresso de toda a humanidade”. Nessa visão, os autores indicam que o poder atravessa todas “[...] as formas de desumanização do outro [...]”, as quais “[...] estão vinculadas com o assassinato de qualquer forma outra de produção de conhecimento e/ou de formas outras de ontologia”.

Seja dito de passagem que a modernidade ocidental estava atrelada à dicotomia humano *versus* não humano replicada pela lógica colonial/moderna. Como nos adverte Lugones (2014, p. 936), os “[...] povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens”. No cenário contemporâneo, observa-se que a missão civilizatória e o projeto desenvolvimentista ainda se fundamentam em uma lógica catequizadora, que opera sob um paradigma colonialista de normatização e conversão. Conforme enfatiza Bhabha (2013, p. 212), essa estrutura sustenta-se nos “[...] ideais culturais colonialistas de progresso, devoção, racionalidade e ordem”, reforçando uma matriz epistemológica que historicamente justificou a imposição do cristianismo e a marginalização dos povos originários. Essa concepção não apenas legitimou práticas de dominação e violência, mas também consolidou um modelo

excludente de civilização, no qual o julgamento dos pagãos serviu como mecanismo de supressão de identidades e saberes plurais. Em outras palavras, a “[...] dicotomia hierárquica como uma marca do humano também tornou-se uma ferramenta normativa para condenar os/as colonizados/as” (LUGONES, 2014, p. 936).

Atualmente, essa lógica persiste através da colonialidade, que mantém e reconfigura as estruturas de poder, conhecimento e processos de subjetivação. Em resumo, a colonialidade do poder refere-se à continuidade das hierarquias raciais e desigualdades econômicas estabelecidas durante a colonização. A colonialidade do saber, por sua vez, valida e exalta o conhecimento eurocêntrico em detrimento dos saberes indígenas e africanos. Finalmente, a colonialidade do ser promove a desumanização e marginalização dos povos colonizados, limitando sua plena humanidade e cidadania.

4. Modernidade/colonialidade e a perpetuação da brutalidade

O fundamento precípuo da modernidade/colonialidade perfaz na centralização de um novo tipo de poder moderno assentado na manutenção da exploração, dominação, extermínio e globalização. Por falar nisso, Maldonado-Torres (2008, p. 88) reitera que esse “[...] novo padrão de dominação e exploração envolvia uma articulação entre raça e capitalismo [...].” Outrossim, essa formatação de poder, assentada na exploração, dominação e globalização, fomentou o substrato basal para a colonialidade do saber vir à tona e disseminar suas ramificações nas formas de ser.

Por esse ângulo, “[...] o sistema colonial (capitalista) realizou com o êxito a globalização que, contudo, não supõe simetria no diálogo, mas exploração e dominação” (MIGLIEVICH-RIBEIRO; DOS PRAZERES, 2015, p. 37). Com isso, os arranjos e manejos da dimensão epistêmica e ontológica encontram-se entrecortadas e entremeadas pela legitimação de um poder e conhecimento específico em detrimento de outros, privilegiando narrativas favoráveis à manutenção de uma ordem pré-estabelecida.

Essa conjunção entre poder e conhecimento (saber) contribui para a emersão do ser (identidades), melhor dizendo, o poder que produziu o conhecimento/saber gerou o ser colonizado. Como elencado por Maldonado-Torres (2008, p. 89), “[...] a relação entre poder e conhecimento conduziu ao conceito de ser”. Nestes termos, o autor salienta que “[...] o ser-colonizado [...] é antes o produto da modernidade/colonialidade na sua íntima relação com a colonialidade do poder, com a colonialidade do saber e com a própria colonialidade do ser” (MALDONADO-TORRES, 2008, p. 89, grifo do autor).

Congruente a Quijano (2005b, p. 15), “[...] a colonialidade do poder faz da América Latina um cenário de des/encontros entre nossa experiência, nosso conhecimento e nossa memória histórica”. Dito de outro modo, como indica Dussel (2016, p. 59), a “[...] América Latina, [...] foi um momento constitutivo da Modernidade [...]”, fruto da disseminação (globalização) e prelúdio do capitalismo mercantil de acumulação primitiva de capital, destruição da natureza e legitimação da colonialidade. Esse embate proveniente de uma inferência eurocêntrica pautada no esvaziamento e silenciamento de

outras histórias, imanentes às populações das Américas, é atualizado e materializado na colonialidade do poder, do saber e do ser. Essa perspectiva funciona em oposição à potencialidade das experiências, conhecimentos e narrativas diversas dos povos colonizados, oprimidos e silenciados.

Acerca das consequências para as populações originárias decorrentes das invasões, convocamos e retomamos as palavras de Pinto e Mignolo (2005, p. 389), onde os autores ponderam que aquelas vastas etnias e configurações de existências e povos “[...] que não foram confinados, foram submetidos a trabalho forçado, e os que sobreviveram ao extermínio - e muitos milhões foram exterminados já nos primeiros contatos com os europeus ocidentais - foram reduzidos à condição de ‘índios’”. Sobre isso, Jecupé (2022, p. 18) elucida que o “[...] índio não se chamava nem se chama índio. O nome “índio” veio dos ventos dos mares do século XVI [...].”

A atribuição estereotipada desse termo derogatório “índio” abarca uma forma de desumanização e desengajamento com a história pregressa de cada etnia específica. Etnia aqui entendida segundo Munanga (2004), enquanto um grupo cultural. A função da nomenclatura “índio” é padronizar e homogeneizar, criando um estereótipo passível de enquadramento num sistema classificatório brancocêntrico (MUNDURUKU, 2016). Além de tudo, “[...] os colonizadores, ao substituírem as diversas autodenominações desses povos, impondo-os uma denominação generalizada, estavam tentando quebrar as suas identidades com o intuito de os coisificar/desumanizar” (SANTOS, 2015, p. 15). A coisificação e a

desumanização facilitavam a apropriação e o extermínio.

A respeito disso, Todorov (1982) enaltece que a ideia de (re)batizar os lugares e os povos em conformidade ao grau de importância, tal qual as peripécias do desejo dos invasores em suas “descobertas”, era uma forma de tomar posse e objetivar aquele espaço e seres. Assim sendo, basta dizer que essa função política de atribuir nomes “justos e adequados” a tudo e a todos (cabe ressaltar, ao que já possuía nomes e sentidos/significados específicos), conforme sua lógica de pensamento, compreensão e as impressões dos “descobridores” e conquistadores, configurava um processo de apropriação (posse) violenta através da (re)nomeação. O autor enfatiza que “[...] rebatizar os lugares em função do lugar que ocupam em sua descoberta, dar-lhes nomes justos; a nomeação, além disso, equivale a tomar posse” (TODOROV, 1982, p. 27). E esse tomar posse era sempre à materialização da violência em suas vastas acepções.

Sob tal ponto de vista, esse rebatizado dos lugares e dos povos através do enquadre nominativo estipulado pelo colonizador, embasado na disseminação de uma única identidade (bem como todas as demais imposições), seria um instrumento de controle e domínio da lógica colonialista de nomear e etiquetar em conformidade aos seus critérios excludentes de extermínio, exploração, despertimento e desvalorização de todo um vasto e riquíssimo universo (epistemológico e ontológico) mediante a imposição do rótulo “índio” atribuído aos povos originários com o intento de padronizar e homogeneizar uma ampla e plural riqueza étnica.

De maneira idêntica, aqueles que inventaram "[...] os ‘índios’ como categoria genérica foram os grandes especialistas na generalidade, os Brancos, ou por outra, o Estado branco, colonial, imperial, republicano" (CASTRO, 2017, p. 4). Como sustentam Simas e Rufino (2018, p. 98), a utilização do termo “índio” “[...] como referencial para designar as populações fora do eixo europeu-ocidental nos aponta o tamanho da arrogância da experiência ocidental como um projeto totalitário que se reivindica como único modelo possível”.

Ao mesmo tempo, essa padronização arrogante, através de um termo de referência nominativo-descritivo, foi supostamente justificável perante a soberania de um poder decisório sobre a vida e a morte, fundamentado na invenção do conceito de raça (QUIJANO, 2005a; 2005b) daqueles considerados, classificados e hierarquizados como inferiores, primitivos e carentes de alma, logo não humanos. Como problematizam Simas e Rufino (2018), isso se deve ao fato de que, ao inventar o indígena e as populações afrodiáspóricas como o outro do europeu, a mentalidade ocidental reduz as vastas civilizações e ricas culturas a um simplório termo ou corte arrogante. Assim, “[...] aquele que passa a ser o outro é generalizado pela acusação de ser menos civilizado, logo inferiorizado diante do nível de sua suposta civilidade" (SIMAS; RUFINO, 2018, p. 98).

A invenção da América e sua invasão, a dominação de seus territórios, a exploração de seus povos, a disseminação de doenças e a extração dos seus bens materiais exerceiram demasiada importância na estruturação da Europa como centro econômico-financeiro a partir do século XVII. Essa

suposta descoberta e a invenção das Américas demandou um encontro entre vários mundos e várias perspectivas de compreensão que não poderiam ser circunscritas somente a duas compreensões de mundo. Porém, didaticamente, esse encontro/estranhamento foi desenhado entre o dito civilizado e o outro inventado como selvagem.

A partir disso, nossa configuração de mundo nunca mais foi à mesma, tendo em vista que desse encontro nasceu à modernidade, filha da expansão eurocêntrica e do extermínio dos habitantes "ameríndios". Essa era moderna, nascida em 1492, perpetrou o maior genocídio da história da humanidade, que deu origem a um modelo de pensar e agir, o qual gerou todos nós como produtos/produtores da colonização, influenciando as vastas configurações de mundo e de vidas surgidas desse encontro cravado nas invasões, invenções, conquistas e supostas descobertas do outro.

Em essência, mais do que um negócio lucrativo, a “descoberta” do Novo Mundo, a conquista das Américas, o roubo, a posse, o saque de suas riquezas, as tentativas de destruição de sua cultura e o silenciamento de seus saberes-fazeres, além do genocídio de seus povos, foram o que possibilitaram a ampliação e extensão geopolítica da Europa. Um novo sistema-mundo se instaurou a partir de 1492 com a chegada dos invasores no Caribe, possibilitando a junção dos dois hemisférios e a globalização do comércio através da perpetuação do colonialismo (MALDONADO-TORRES, 2018). Como consequência, houve uma demasiada imigração de europeus em direção às Américas com a esperança de fortuna, de uma vida mais

digna ou fugindo de perseguições diversas.

O olhar da Europa estava direcionado para o território americano, visando esse novo mercado fornecedor de matéria-prima para a industrialização e desenvolvimento técnico-científico. Quanto mais insumos eram necessários para a produção de mercadorias, mais a ciência e a indústria tinham que se transformar e se desenvolver para acompanhar a demanda crescente ocasionada pelo aumento populacional. Além disso, a própria ciência moderna — ocidental — legitima essas construções discursivas e normativas, ou melhor, heteronormativas. Com tal característica, as diversas violências, brutalidades e extermínio étnico (genocídio) praticados nas Américas possibilitaram a ampliação da explosão demográfica dos europeus, dos sistemas político e da sua estrutura econômica que subsidiavam o *modus operandi* da colonização (ANDREWS, 2023).

Desse modo, foram as riquezas oriundas da espoliação das colônias, sobretudo na América, que propiciaram o desenvolvimento e esgarçamento geográfico, populacional, técnico, científico, cultural e econômico-político da Europa ocidental. Acerca dessa celeuma, Porto-Gonçalves (2006, p. 15-16) menciona que a “[...] Europa só se afirma como centro geopolítico e cultural do mundo moderno a partir da constituição da América enquanto periferia colonial (1492) com seu ouro e sua prata; com sua tropicalidade [...]. Como resultado, Fanon (2022, p. 92) declara que a sensação de “[...] bem-estar e o progresso da Europa foram edificados com o suor e os cadáveres dos negros, dos árabes, dos índios e dos amarelos”.

5. O percurso até aqui (Considerações finais)

A colonialidade do poder, do saber e do ser constitui uma estrutura de classificação, hierarquização e controle violento das populações, transcendente ao colonialismo. Seus impactos permeiam todas as dimensões da existência, fundamentando-se na invenção da ideia de racialidade. Essa perspectiva evidencia que os sujeitos sociais são produtos de uma construção discursiva e simbólica, moldada por relações de poder emergentes de uma tensão multifacetada entre identidade subjetiva, estrutura política e mecanismos de opressão que regulam a designação racial. Além disso, o racismo, tal como o conhecemos, não existia antes de 1492; foi uma invenção do mundo moderno capitalista, surgindo como justificativa para a dominação dos povos colonizados e a imposição de uma nova configuração de poder, saber e ser.

As diferenças atribuídas pelo colonialismo aos chamados “selvagens, primitivos, inferiores, desqualificados” reforçaram sua exclusão sistemática da noção de civilidade e, consequentemente, do acesso à cidadania. Esse mecanismo opera pela manutenção de um conjunto de poderes, privilégios, arranjos societários e formas de pensar, classificar e acessar a vida, que reproduzem e atualizam a violência colonialista. A distribuição dessa matriz classificatória — poder, saber e ser — naturaliza as disparidades entre populações, espaços geográficos, trabalhos, subjetividades, existências e conhecimentos.

Os vestígios da colonização ainda reverberam como espectros históricos, exigindo reconhecimento, visibilidade e voz. Seus impactos se materializam na estrutura cotidiana da vida e nas feridas

abertas dos povos subjugados, manifestando-se sobretudo na incapacidade de coexistência com a pluralidade, a diversidade e a aceitação da alteridade.

Diante disso, as violências e atrocidades que marcaram o processo de colonização continuam a assentar práticas sociais contemporâneas, sustentadas por uma visão histórica manipuladora e unilateral. Essa narrativa reforça a noção de progresso como uma superação da barbárie e do atraso, enaltecendo a razão absoluta como um instrumento libertador do desenvolvimento e da civilidade. As “coisas boas” e os “presentes” dos invasores são celebrados sob essa lógica.

Como ressalta Aníbal Quijano, a história não teve um desfecho adequado, pois não houve uma resolução consistente dos conflitos originados na colonização. Os resquícios dessas barbáries ainda pairam sobre a vida contemporânea, impondo, silenciando e classificando novas formas de diferenciação adaptadas às demandas atuais. Nos termos do autor, os “[...] nossos problemas não resolvidos nos habitam como fantasmas históricos” (QUIJANO, 2005b, p. 15), relembrando a dívida política, ética e relacional com o período colonial, hoje mascarada por perversidades como intolerância, preconceito, discriminação e violência.

As marcas do colonialismo continuam a ressoar e a se atualizar nas vivências cotidianas, influenciando o acesso à vida digna e a estrutura social vigente. Assim, propomos a luta contra a opressão como defesa contra as brutalidades persistentes, exigindo uma decolonização do pensamento, da linguagem e da prática, resgatando e

valorizando saberes e culturas marginalizadas pela lógica colonial.

Referências

- ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2018. 256p.
- ANDREWS, Kehinde. **A nova era do império: como o racismo e o colonialismo ainda dominam o mundo**. Tradução C. Rosas. São Paulo: Companhia das Letras, 2023. 358p.
- BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O Elo Perdido do Giro Decolonial. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 60, n. 2, p. 505-540, Abr./Jun. 2017. DOI: 10.1590/001152582017127. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/QmHJT46MsdGhdVddYPtGrWN/#>. Acesso em: 15 jun. 2024.
- BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira De Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, Mai./Ago. 2013. DOI: 10.1590/S0103-33522013000200004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwXH5jhv/?format=pdf>. Acesso em: 21 jun. 2024.
- BHABHA, Homi. K. **O local da cultura**. 2. ed. Tradução M. Ávila; E. L. L. Reis; G. R. Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. 441p.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. Os involuntários da pátria: elogio do subdesenvolvimento. **Cadernos de Leitura**, Belo Horizonte, n. 65, p. 1-9, Mai. 2017. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5978316/mod_resource/content/1/CASTRO%2C%20Eduardo%20Viveiros%20de.%20Os%20Involunt%C3%A1rios%20da%20Patria%20elo%20do%20subdesenvolvimento%2C%202017.pdf. Acesso em: 18 jul. 2024.
- DUSSEL, Enrique. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 51-73, Jan./Abr. 2016. DOI:10.1590/S0102-69922016000100004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/se/a/wcP4VWBVw6QNbvq8TnggQk/> Acesso em: 14 abr. 2024.

FANON, Franz. **Os condenados da terra.** Tradução L. F. Ferreira; R. S. Campos. Rio de Janeiro: Zahar, 2022. 400p.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], n. 80, p. 115-147, Out. 2008. DOI:10.4000/rccs.697. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/697> Acesso em: 12 abr. 2024.

JECUPÉ, Kaká Werá. **A terra dos mil povos:** História indígena do Brasil contada por um índio. 2. ed./rev. São Paulo: Peirópolis, 2020. 130p.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, Nov. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64Xvssn9F6FHJqnzb/> Acesso em: 11 jul. 2024.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], n. 80, p. 71-114, Out. 2008. DOI: 10.4000/rccs.695. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/695> Acesso em: 10 jul. 2024.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** Tradução F. Almeida. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adélia.; DOS PRAZERES, Lilian. G. A produção da subalternidade sob a ótica pós-colonial (e decolonial): algumas leituras. **Temáticas**, Campinas, v. 23, n. 45, p. 25-52, Fev./Dez. 2015. DOI: 10.20396/temáticas.v23i45/46.11100. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/309230823_A_PRODUCAO_DA_SUBALTERNIDA_DE_SO_BA_OTICA_POS-COLONIAL_E_DECOLONIAL_ALGUMAS_LEITURAS Acesso em: 18 ago. 2024.

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (org.) **A colonialidade do saber:** Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Colección Sur-Sur, Clacso, 2005. cap. 3, p. 33-49.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência Epistêmica: a Opção Descolonial e o significado de Identidade Em Política. **Cadernos de Letras da UFF** – Dossiê: Literatura, língua e identidade, Rio de Janeiro, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: https://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf Acesso em: 2 mai. 2024.

MUNANGA, Kabengele. **Redisputando a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999. 152p.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira.** Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoesDeRacaRacismoIdentitiesEEtnia.pdf Acesso em: 11 mai. 2024.

MUNDURUKU, Daniel. **Vozes ancestrais:** dez contos indígenas. São Paulo: Editora FTD Educação, 2016. 80p.

OLIVEIRA, Dennis de. A violência estrutural na América Latina na lógica do sistema da necropolítica e da colonialidade do poder. **Revista Extraprensa**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 39-57, Ago. 2018. DOI: [10.11606/extraprensa2018.145010](https://doi.org/10.11606/extraprensa2018.145010). Disponível em: <https://revistas.usp.br/extraprensa/article/view/145010>. Acesso em: 18 ago. 2024.

PINTO, Júlio Roberto de Souza.; MIGNOLO, Walter D. A modernidade é de fato universal?: reemergência, desocidentalização e opção decolonial. **Civitas - Revista De Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 381-402, Jul./Set. 2015. DOI: 10.15448/1984-7289.2015.3.20580. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/qqRR8D8df5RKQN9bLmQjFmn/#> Acesso em: 11 mai. 2024.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para o estudo de conflitos e movimentos sociais na América Latina. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas, v. 1, n. 3, p. 5-26, 1 Mai. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/1344> Acesso em: 04 mai. 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.) **A colonialidade do saber:**

Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Colección Sur-Sur, Clacso, 2005a. cap. 9, p. 107-130.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 9-31, Set. 2005b. DOI: 10.1590/S0103-40142005000300002 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/KCnb9McPhytSwZLLfyzGRDP/#> Acesso em: 14 abr. 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. S.; MENEZES, M. P. (orgs.) **Epistemologias do Sul**. Petrópolis: Vozes, 2009. cap. 3, p. 73-117.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos, modos e significados**. Brasília: INCTI/UnB, 2015. 150p.

SIMAS, Luís Antônio.; RUFINO, Luís. **Fogo no mato: a ciência encantada das macumbas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2018. 124p.

SOUZA, Luiz Gustavo Mendel.; LIMA, Susanna Fernandes. Preto velho e pedagogia do tempo presente. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 21, n. 231, p. 86-99, Nov./Dez. 2021. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Espaco_Academico/article/view/60975 Acesso em: 1 mai. 2024.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América**: a questão do outro. 2. ed. Tradução B. P. Moi. São Paulo: Martins Fontes, 1982. 400p.

Nota do autor:

Reconheço que o recorte teórico adotado no ensaio resultou na omissão das raízes patriarcais do processo colonial ocidental moderno. Embora a cultura e a mentalidade patriarcais sejam centrais nas construções ideológicas do eurocentrismo e do nortecentrismo, minha abordagem não contemplou essa dimensão, reflexo de uma compreensão ainda limitada sobre a complexidade histórica dessas estruturas. Além disso, a linguagem andro-antropocêntrica presente no texto reforça padrões que busco desconstruir. Estou em processo de revisão crítica da minha escrita, na tentativa de adotar formas mais coerentes com os princípios que pretendo afirmar.

Recebido em 2024-11-14
Publicado em 2025-12-29